



## Índice

- 01** [Conflitos indígenas inibem desenvolvimento e afastam indústrias, diz Famasul](#)
- 02** [Somos Quilombo Paiol de Telha! #faltam2dias](#)
- 03** [Incrá reconhece território quilombola em Almenara](#)
- 04** [Viva! Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspende 'reintegração de posse' da área ocupada pela Fazenda Chaparrau](#)
- 05** [Urgente: Explosão no Porto de Aratu ameaça comunidades quilombolas da Ilha de Maré](#)
- 06** [Governo do Estado beneficia 137 famílias quilombolas de Santa Rita e Icatu](#)
- 07** [Uma comunidade quilombola do Ceará pelo desenvolvimento e educação infantil](#)
- 08** [Encontro debate ações para povos e comunidades tradicionais](#)
- 09** [Anta amazônica conhecida apenas por comunidades tradicionais é identificada por pesquisadores da UFMG](#)
- 10** [Povos tradicionais fazem reunião de olho em encontro nacional no DF](#)
- 11** [Ação social alia turismo e sustentabilidade e capacita comunidades locais no Pantanal](#)
- 12** [Uema lança Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia](#)



- 13** Cai liminar que mandou despejar índios em Japorã
- 14** Índios acampam às margens da ERS-129
- 15** Reitor da UERJ antecipa recesso após encontro com indígenas
- 16** Carne que teria sido saqueada por índios é apreendida com fazendeiros na BR-070
- 17** Bombeiros retiram índio que resistia há 26 horas em cima de árvore, no Rio
- 18** Audiência Pública discute licença para pavimentação em terras indígenas
- 19** Professor da Unesp publica em livros artigos sobre povos indígenas
- 20** O rolo compressor ruralista
- 21** Justiça autoriza Alckmin a leiloar terrenos públicos onde moram 400 famílias
- 22** Subcomissão do Senado ouve denúncias da Comissão da Verdade sobre tortura com indígenas e camponeses no Araguaia e quer explicações da Abin sobre ausência na reunião e sobre ossadas em Belém
- 23** BA – Carta do Seminário Estadual Terra, Território, Soberania Alimentar: semeando unidade, colhendo liberdade!
- 24** Bancada do PT manifesta posição contrária à PEC 215
- 25** O avanço sustentável e a organização política dos povos da Raposa Serra do Sol
- 26** Escolas indígenas em São Paulo têm aulas de aprendizado na mata
- 27** Guarani Kayowá iniciam ritual de morte por terra e identidade
- 28** Ministro do STF afirma que condicionantes só se aplicam à Raposa Serra do Sol
- 29** Secretaria de saúde de Iguaracy realiza ciranda de serviços com comunidade



[quilombola nas festividades dos cinquenta anos do município](#)

**30** [TRF ordena suspensão imediata de obras da usina de Belo Monte](#)

**31** [Crianças ribeirinhas recebem visita do papai noel](#)

**32** [Padre Tedesco, parta feliz, sua missão foi cumprida](#)



---

**Conflitos indígenas inibem desenvolvimento e afastam indústrias, diz Famasul**  
SÍTIO CIDADES MS, 17.12.2013

Produtores do Mato Grosso do Sul esperam uma resolução para os conflitos indígenas, causados pela briga por terras. O presidente da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), Eduardo Corrêa Riedel, afirma que os conflitos afastaram o investimento de indústrias no estado.

"Houve mais perdas do que ganhos, por conta dos conflitos", relata o presidente. Ele conta que muitas indústrias não querem investir no estado. "Os índios têm uma posição, os produtores outra, que acaba se resumindo em conflito, refletindo na imagem do estado, com isso muitas indústrias não investem no estado", afirma.

Riedel comenta que o Governo Federal fez um compromisso com eles para que os conflitos sejam solucionados até o começo do ano. "Temos uma expectativa de que o Governo Federal cumpra com o compromisso e comecemos o ano bem", relata.

São cerca de 80 áreas invadidas por indígenas em Mato Grosso do Sul. O presidente da Famasul explica que ainda não sabe o que será feito com o pedido de reintegração de posse, das terras de Japorã, após a ameaça de suicídio coletivo. "Ainda está em discussão, não sei o que irá acontecer, vamos esperar ser concluído. Temos a expectativa que eles cumpram com a decisão".

Ele comenta que essa ação dos indígenas não deveria ser levada em conta, na hora da decisão do juiz. "Isso é um instrumento de pressão, e a justiça não trabalha com pressão. Não é um quem grita mais pode mais. Espero que a decisão seja feita em âmbito político", comenta o Eduardo.

Filipe Prado



Boletim de Notícias - Edição nº 230 / 2013

Brasília, 18 de dezembro de 2013.

**Somos Quilombo Paiol de Telha! #faltam2dias**  
SÍTIO CEDEFES, 17.12.2013

## SOMOS QUILOMBO PAIOL DE TELHA!

“Temas e lutas quilombolas, como da comunidade Paiol de Telha, têm sido questionadas no judiciário no que tange aos direitos territoriais. A judicialização destes conflitos se demonstra como obstáculo à titulação de territórios quilombolas, o que implica uma série de negações de direitos a essas comunidades. O que se observa na realidade é que a morosidade do Estado brasileiro em cumprir com os ditames da Constituição acarreta um intenso processo de violações de direitos humanos a estas comunidades, por séculos marginalizadas.”



**Sérgio Sauer,**

*Professor da UnB e relator do  
Direito Humano à Terra, ao  
Território e à Alimentação da  
Plataforma Dhesca Brasil.*



fb: Comunidade Quilombola Paiol de Telha

Plataforma Dhesca

Faltam dois dias para que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) dê continuidade ao julgamento de ação que questiona o Decreto Federal 4887/03, que trata da titulação das terras quilombolas no Brasil.

Assine e compartilhe a campanha em apoio ao Paiol de Telha e pela titulação das comunidades quilombolas no Brasil.

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>



---

**Incra reconhece território quilombola em Almenara**  
SÍTIO CEDEFES, 17.12.2013

*Comunidade tradicional reclama de morosidade do processo de regularização fundiária.*

O superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Danilo Daniel Prado, informou nesta segunda-feira (16/12/13) que o relatório técnico de reconhecimento do território da comunidade quilombola Marobá dos Teixeiras, em Almenara (Vale do Jequitinhonha), está aprovado e que a publicação do documento nos órgãos oficiais será efetivada nesta semana. A notícia foi transmitida durante a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizada na cidade.

Na reunião, que atendeu a requerimento do presidente da comissão, deputado Durval Ângelo (PT), foram discutidas denúncias de violações de direitos humanos, ameaças e iminência de conflitos fundiários na região.

A informação do Incra foi para responder uma reclamação do coordenador da Comissão Pastoral da Terra, Edvaldo Ferreira Lopes. Ele questionou o atraso na publicação do relatório, cuja conclusão havia sido prometida para dezembro de 2012. Questionando o que chamou de "falta de compromisso do Incra, que promete muito e faz pouco, ante tantos conflitos reincidentes", ele também denunciou a omissão da Justiça e cobrou soluções efetivas para a situação das famílias que vivem na Fazenda Marobá dos Teixeiras e também de outras comunidades da região.

Ao respondê-lo, o superintendente do Incra ressaltou que a publicação do relatório é somente o início do processo de regularização fundiária. Questionado pelo deputado Rogério Correia (PT) sobre os passos seguintes para a concretização da demarcação e sobre prazos, Danilo Prado ressaltou que, uma vez publicado esse documento, os proprietários terão um período para contestá-lo. Passado tal prazo, o relatório segue para o Incra em Brasília para ser ratificado e, na sequência, vai à Presidência da República para a publicação do decreto de homologação. Segundo ele, esse processo todo só deve ser concluído em dezembro de 2014.

**Atuações do Incra e da Justiça recebem críticas**

Houve uma reação de revolta a esse prazo (final de 2014). Muitos dos moradores de comunidades tradicionais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, além de representantes de movimentos sociais, questionaram a demora nas demarcações, queixando-se ainda da atuação do Incra de forma geral. Vereadores, autoridades e moradores de assentamentos e comunidades tradicionais reclamaram, também, da postura do Poder Judiciário em relação às denúncias e à reforma agrária.

Para Maria Gomes Soares, coordenadora regional do Movimento dos Sem Terra (MST), "falta  
CONT.



boa vontade por parte do Incra". "Os assentamentos não são feitos em terras produtivas, só em terras secas, incultiváveis e sem a mínima estrutura", queixou-se. Ela também questionou a ação da Justiça e o descaso do poder público, e insistiu na necessidade de se colocar em discussão uma efetiva estratégia para resolver, de fato, a situação das famílias nesses assentamentos e comunidades.

O procurador Afonso Henrique se queixa de que o Incra não está atuando como parceiro do Ministério Público.

Denúncias similares foram feitas pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Conflitos Agrários, o procurador Afonso Henrique de Miranda Teixeira. "O Incra não está atuando como parceiro do Ministério Público", afirmou. Em relação ao Judiciário, o procurador afirmou que o juiz da Vara Agrária, Otávio Almeida Neves, criminaliza trabalhadores rurais, desconsidera as terras de relevância pública, não aborda a função social da terra e ainda diz que não há terras devolutas ou conflitos agrários em Minas Gerais. Ele ainda informou que já há representações contra o magistrado no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A diretora de Política Agrária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaemg), Maria Rita Fernandes Figueiredo, ressaltou o excesso de violência no campo. Ela denunciou atos como queima de lavouras, ameaças a famílias e matança de animais de rebanhos dos assentados e quilombolas. Para Maria Rita a única forma de se combater definitivamente esse problema é concretizar a reforma agrária. "Os governos Federal e Estadual viraram as costas para a reforma agrária. Aqui no Jequitinhonha a questão nunca se resolve. A responsabilidade do que está acontecendo não é apenas de grandes empresas e do agronegócio, é sobretudo dos governantes", criticou.

Jurandir Dias de Souza, presidente da comunidade quilombola Marobá dos Teixeira, assentada na Fazenda Marobá, queixou-se da demora do Incra em regularizar a situação da comunidade. Ele ressaltou que são 68 famílias vivendo em condições precárias, sem posto de saúde, sem água encanada nem energia elétrica.

O comandante do 44º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Romildo Scheffer, destacou a realização de ações e visitas às comunidades com foco na prevenção. Segundo ele, a PM tem registrado todas as situações conflituosas e dado os devidos encaminhamentos, levando as denúncias ao delegado.

Comissão vai cobrar providências

Deputados ressaltam apoio à comunidade e fazem encaminhamentos de ações

O deputado Durval Ângelo ressaltou que as notas taquigráficas da audiência serão encaminhadas a diversos órgãos públicos, com os devidos pedidos de providências. Ele informou que as reclamações registradas contra o juiz Otávio Almeida Neves serão levadas à Corregedoria do Tribunal de Justiça e também ao CNJ.

CONT.



O presidente da comissão ainda disse que vai questionar a Cemig pelo descumprimento da norma federal que prioriza comunidades tradicionais na instalação de energia elétrica. Além disso, garantiu que acionará o procurador-geral de Justiça e o promotor de Almenara, solicitando providências em relação a todas as denúncias registradas. Ele ainda disse que vai pedir ao delegado local os boletins que apontam conduta racista da irmã da proprietária da Fazenda Marobá. E afirmou que enviará ofício à prefeitura reivindicando melhorias no acesso à educação, à saúde e ao transporte escolar.

Os deputados Rogério Correia (PT) e Tadeu Martins Leite (PMDB) ratificaram todas as ações propostas pelo presidente da comissão. "É preciso cobrar dos governos municipal, estadual e federal uma solução mais ágil", afirmou o deputado Tadeu Martins Leite.

O deputado Rogério Correia aproveitou para registrar que tramitam na ALMG, projetos de lei que propõem benefícios a pequenos produtores rurais, moradores de assentamentos e de comunidades tradicionais. "Para que sejam efetivadas essas políticas públicas é essencial que essas comunidades tenham acesso à terra e, para isso, é preciso agilizar a reforma agrária", concluiu.



---

**Viva! Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspende 'reintegração de posse' da área ocupada pela Fazenda Chaparrau**  
SÍTIO CEDEFES, 17.12.2013

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu a liminar da justiça de Navirai que determinava a 'reintegração de posse' da área ocupada pela chamada Fazenda Chaparrau. O TRE da 3ª Região tem como presidente o desembargador é Newton De Lucca, que relatou a matéria.

A decisão da justiça de Navirai estabelecia inclusive o uso da força, se necessário, para expulsar os Guarani Kaiowá, e a Polícia Federal já estava com instruções nesse sentido.

No dia 10 de dezembro, o delegado Alcídio de Sousa Araújo, da PF, enviou carta resposta ao CONDEPI, inclusive, cobrando ação "urgentíssima" das entidades da sociedade civil com relação à chamada fazenda Chaparrau, "cuja desocupação deve ser cumprida imediatamente", tentando responsabilizá-las ou pela saída, ou pelo que acontecesse aos indígenas.

Mais detalhes a respeito, inclusive cópia do Ofício em questão, podem ser vistos em MS – Polícia Federal tenta responsabilizar CONDEPI e outras entidades pelo destino dos indígenas nas retomadas

\* A partir de informação socializada por Luiz Henrique Eloy!

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>



---

**Urgente: Explosão no Porto de Aratu ameaça comunidades quilombolas da Ilha de Maré**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.12.2013

No final da tarde de hoje, dia 17/12, ocorreu uma explosão no Porto de Aratu, deixando em pânico as comunidades remanescentes de quilombo em Ilha de Maré e adjacências.

Foi ouvida uma forte explosão, chegando a estremecer as habitações dos quilombolas. Em seguida, espalhou-se uma fumaça densa. Devido ao vento nordeste, esta fumaça logo atingiu as comunidades de Botelho e Neves. Pouco a pouco, esta fumaça aproxima-se das outras comunidades, espalhando um odor insuportável. As crianças estão passando mal e as comunidades estão em desespero com esta situação. Até o momento os órgãos ambientais estão omissos.

Algumas informações não oficiais – originadas de trabalhadores do Porto – revelam que houve um grave acidente quando um navio descarregava Benzeno e Propeno para indústrias químicas que estão sediadas no Porto de Aratú.

Faz bastante tempo que as comunidades remanescentes de quilombo de Ilha de Maré denunciam a situação de racismo ambiental imposta por empresas que desrespeitam a lei e os direitos humanos das comunidades, sem que providências efetivas sejam tomadas.

Pedimos a todos os/as companheiros/as e a sociedade em geral que divulguem esta nota e acionem todos os meios de imprensa.

Coordenação Estadual do MPP

**Governo do Estado beneficia 137 famílias quilombolas de Santa Rita e Icatu**  
SÍTIO BLOG DO LUÍS CARDOSO, 17.12.2013



O Governo do Estado, por meio do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), entrega, nesta terça-feira (17), título comunitário em Santa Quitéria, e cerca de 60 títulos de Domínio Individuais em Zé Doca, na quarta-feira (18), a famílias remanescentes dos quilombolas.

Já as comunidades quilombolas dos povoados Santana, no município de Santa Rita, e Boqueirão, em Icatu, receberam do Governo do Estado, por intermédio do Iterma, os títulos de Reconhecimento de Domínio Comunitário, o documento definitivo de propriedade da terra, no fim de semana.

Os títulos, com força de escritura pública, foram entregues aos presidentes das associações quilombolas de Santana, José dos Santos (com uma área de 201 hectares) e Boqueirão, José da Silva Gomes (área de 1.637 hectares) que beneficiou 137 famílias.

Participaram da solenidade o presidente do Iterma, Luiz Alfredo, que no ato representou a governadora Roseana Sarney, e o diretor de Recursos Fundiários, Luiz Augusto Martins.

De acordo com Luiz Alfredo, com os títulos, os moradores e integrantes das associações de remanescentes de quilombos contempladas podem participar dos programas do Governo Federal que tratam de benefícios destinados a agricultores familiares e comunidades quilombolas.

CONT.



O presidente do Iterma destacou que de 2011 até dezembro de 2013, foram entregues 27 títulos comunitários de propriedade das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. "Até 2010, apenas 23 títulos semelhantes foram entregues durante toda a história do Maranhão", afirmou.

Também participaram do ato de entrega dos títulos, lideranças comunitárias rurais e o representante da comunidade de Santana, "seu" José dos Santos, que se disse recompensado pelo trabalho que teve ao lado de todos os moradores, para que recebesse o título. "É uma conquista. Agora, buscaremos outras melhorias, como a construção de casas e investimento no setor", disse ele.

O diretor de Recursos Fundiários de Iterma, Luiz Augusto, lembrou que essas terras estão incorporadas ao patrimônio do estado, com matrículas nos cartórios de registro de imóveis de Santa Rita e Icatu. "Todos os procedimentos administrativos para identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação definitiva das terras ocupadas por remanescentes quilombolas estão de acordo com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, da Presidência da República", informou.



---

**Uma comunidade quilombola do Ceará pelo desenvolvimento e educação infantil**  
SÍTIO SURGIU, 17.12.2013

*"As crianças agora gostam muito mais de ir na escola e aqui na comunidade ficam ansiosas para participar das oficinas", afirma Nego do Neco*

A comunidade quilombola de Alto Alegre, no município cearense de Horizonte, foi protagonista nos últimos três anos de uma experiência pioneira em educação integral no cenário das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil. As crianças de Alto Alegre foram participantes ativas do Projeto Hora do jogo, um dos sete projetos apoiados entre 2011 e 2013 pelo Fundo Juntos pela Educação, como parte do Programa pela Educação Integral.

"As crianças agora gostam muito mais de ir na escola e aqui na comunidade ficam ansiosas para participar das oficinas", afirma Nego do Neco, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências (ARQUA), um dos parceiros do Projeto Hora do Jogo. Os demais parceiros são o Instituto da Infância (IFAN), a Escola Municipal de Ensino Fundamental "Olímpio Nogueira Lopes" e a Secretaria Municipal de Educação de Horizonte.

O Projeto Hora do Jogo consiste no uso de jogos e brincadeiras para promover o desenvolvimento integral das crianças, nos aspectos cognitivo, sensorial, emocional, entre outros. Regras, valores como respeito e tolerância e cooperação são alguns dos aspectos envolvidos.

No começo, as oficinas eram realizadas na própria escola. A partir de 2013, as atividades também foram levadas para a comunidade quilombola, no Centro Cultural Negro Cazuza, a sede da ARQUA que se transformou em uma referência para os moradores.

O presidente da ARQUA, Nego do Neco, é outra referência. É ele quem cuida diariamente da rádio comunitária que informa a todos sobre as novidades, inclusive sobre o Hora do Jogo. Ele afirma que o projeto foi fundamental para ajudar a fortalecer o sentido de identidade entre as crianças.

Mas o projeto também deixou forte legado para a EMEF "Olímpio Nogueira Lopes", uma das Escolas Nota Dez do Ceará, de acordo com o governo estadual. Os olhos do diretor, João Paulo Fernandes do Nascimento, brilham quando comenta os impactos do Projeto Hora do Jogo, entre outras ações com a participação ativa da escola. "O projeto une os eixos afetividade e valorização cultural, e o resultado é a comunidade feliz, as crianças ativas e fazendo coisas e crescendo", salienta. "A educação formal e a não-formal, com a participação ativa da comunidade, determinantes para o desenvolvimento das crianças", completa.

O diretor exibe com justo orgulho o álbum que a escola montou, lindamente ilustrado, sobre a

CONT.



riqueza cultural, sobre a diversidade, as expressões e linguagens da comunidade quilombola do Alto Alegre e bairros próximos. A parteira que ajudou tantos moradores a vir ao mundo, o Forró do Barro Preto, o Maculelê (que chegou a participar de exposições na Europa), os deliciosos Quarenta e Mungunzá. Cores e sabores da cultura plural e única do Brasil, na escola que foi uma das pioneiras na implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e particulares da educação. Trilhas até a educação integral, pelo desenvolvimento integral.

O Fundo Juntos pela Educação foi constituído em 2004 pelo Instituto Arcor Brasil, Instituto C&A e Vitae. O Programa pela Educação Integral, que cumpriu uma trajetória de oito anos, foi a primeira iniciativa do Fundo. O propósito foi apoiar projetos de desenvolvimento integral, com a perspectiva da educação, de crianças e adolescentes de territórios de vulnerabilidade social. Foram apoiados projetos em São Paulo, Paraíba, Ceará e Fortaleza, envolvendo mais de 150 organizações e beneficiando a mais de 20 mil crianças, jovens e adolescentes.



---

**Encontro debate ações para povos e comunidades tradicionais**

SÍTIO PORTAL BRASIL, 17.12.2013

*Evento reúne cerca de 200 lideranças comunitárias do Nordeste e representantes do governo federal até quinta-feira (19)*

Salvador (BA) recebe nesta semana o Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. O objetivo do evento é promover a troca de experiências e elaborar recomendações para agilizar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, formados por indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, ciganos e extrativistas, entre outros.

“Nesse espaço de diálogo é importante avaliar o trabalho que tem sido construído e os avanços conquistados, assim como os próximos desafios”, afirma o secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Marcelo Cardona, que participa da abertura oficial do evento nesta terça-feira (17). Segundo o secretário, serão realizadas reuniões nas diversas regiões do país, preparatórias para o Encontro Nacional em 2014.

O encontro regional de Salvador deve reunir 200 pessoas, entre lideranças de comunidades nos estados de Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Ceará, Pernambuco e Bahia, além de representantes do governo federal. O ministério preside a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

**Ações do governo**

Atualmente, mais de 87 mil famílias quilombolas fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Destas, cerca de 63 mil recebem o Bolsa Família. Elas também são beneficiadas por ações de segurança alimentar e nutricional e de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que atendem mais de 5 mil famílias de agricultores extremamente pobres. Além disso, até fevereiro de 2013, foram entregues cerca de 168 mil cestas básicas para esse público específico.

“A inserção de populações vulneráveis no Cadastro Único é importante para o mapeamento desses grupos e, consequentemente, para a formulação de políticas públicas voltadas especificamente para eles”, ressalta a coordenadora-geral de Integração de Ações do Departamento do Cadastro Único, Denise Direito. “O ministério faz parcerias com a gestão municipal e a coordenação estadual para poder levar o cadastramento a essas populações, de forma a dar visibilidade e fazer com que elas sejam conhecidas e reconhecidas em suas necessidades”, completa.

**Serviço**

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 230 / 2013

Brasília, 18 de dezembro de 2013.

---

Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais

Quando: De 16 a 19 de dezembro de 2013

Onde: Bahia Othon Palace - Avenida Oceânica, 2294 - Ondina, Salvador (BA)

Fonte:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



## **Anta amazônica conhecida apenas por comunidades tradicionais é identificada por pesquisadores da UFMG**

SÍTIO JORNAL BRASIL, 17.12.2013

Pesquisadores da UFMG lideraram estudo que resultou na descrição da quinta espécie de anta conhecida, a *Tapirus kabomani*. Descoberta numa área dos estados de Rondônia e Amazonas, no Norte do Brasil, a espécie, descrita no artigo *A new species of tapir from the Amazon*, recém-publicado pelo *Journal of Mammalogy*, era conhecida apenas por comunidades tradicionais e indígenas amazônicos, chamada pelos caboclos e ribeirinhos de anta pretinha. Habitante de campos amazônicos com vegetação esparsa, ela é menor e tem a pelagem mais escura que a anta comum no Brasil, a *Tapirus terrestris*.

A descoberta foi feita pelos grupos de pesquisa dos professores Mário Alberto Cozzuol, do Departamento de Zoologia, e Flávio H.G. Rodrigues e Fabrício R. Santos, do Departamento de Biologia Geral, ambos do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG. Os primeiros passos dos estudos que culminariam na descoberta do novo mamífero foram dados em 2003, quando o professor Cozzuol lecionava na Universidade Federal de Rondônia.

“Uma das minhas alunas de iniciação científica estava analisando os crânios de algumas antas daquela região, quando percebeu que um deles (crânio da anta pretinha à esquerda da foto abaixo) era diferente dos outros. Como o crânio não é suficiente para descrever uma nova espécie, passamos a trabalhar com outras amostras e segmentos de DNA de diferentes tecidos dos animais coletados, que indicaram que esta espécie era diferente da anta já conhecida no Brasil, a *Tapirus terrestris*”, conta.

ossos.jpg

Parte do trabalho contou com visitas e entrevistas às comunidades de indígenas, caboclos e ribeirinhos daquela região. “Pudemos observar pegadas e tiramos fotografias. Concluímos que a anta desconhecida da ciência era menor e possuía características diferentes da *Tapirus terrestris*, como tamanho da cabeça e cor da pelagem”, explica o professor Fabrício Santos, que ressalta a importância do conhecimento dos indígenas e comunidades tradicionais para a descoberta de novas espécies de animais.

“As populações daquela região já sabiam da existência da anta pretinha. A percepção que esses povos têm da fauna local é muito boa e esse conhecimento é importante para o entendimento da biodiversidade. Em muitos casos, eles reconhecem a diversidade animal mais que os cientistas”, afirma o professor Cozzuol.

### **Preservação e sustento**

As antas são importantes para o bioma por agirem como dispersores de sementes e auxiliarem na preservação das florestas e no sustento das populações nativas. A espécie descoberta pelos pesquisadores é mais baixa, uma vez que possui o fêmur mais curto, e menos pesada –atinge

CONT.



cerca de 100 quilos – que aquela mais comumente encontrada no Brasil. Sua pelagem é mais escura e a parte posterior do crânio, mais achatada que a da anta comum.

A “pretinha” foi encontrada em regiões da Amazônia caracterizadas por campos abertos, com menor quantidade de árvores, mas circundadas por mata fechada. No entanto, a distribuição e o habitat específico da nova espécie estão sendo investigados em novo projeto financiado pela Fundação Boticário.

Amparados por relatos da presença dessa espécie em outros locais por diferentes comunidades nativas, os pesquisadores acreditam que a espécie também habite regiões de Bolívia, Colômbia e Peru. “O próximo passo dos estudos é mapear a distribuição da anta pretinha na América do Sul. Aparentemente, a população dela é menor que a da anta que predomina nessa região, mas ainda não podemos prever o número de indivíduos existentes dessa nova espécie. Assim, ainda precisamos estimar a ameaça que ela sofre”, explica Fabrício Santos.

A *Tapirus kabomani* é a quinta anta descoberta no mundo (já eram conhecidas as espécies *Tapirus terrestris*, *Tapirus bairdii*, *Tapirus pinchaque* e *Tapirus indicus*). A última anta identificada havia sido a *Tapirus bairdii*, na América Central, há 150 anos.

“Essa descoberta é muito importante por se tratar de um mamífero de grande porte. A anta pretinha é o maior mamífero da América do Sul descoberto recentemente”, aponta Cozzuol.

O professor Fabrício Santos destaca, ainda, a dificuldade de pesquisas que buscam novas espécies de animais, uma vez que a maioria das pessoas considera que “a descoberta de novas espécies é coisa do passado, que tudo que havia de diferente já foi descoberto. O problema é que se não se faz um estudo sistemático e taxonômico adequado dos animais que parecem ainda desconhecidos, não se descobre nada. As espécies precisam ser bem descritas e estudadas”.

Artigo: A new species of tapir from the Amazon

Autores: Mario A. Cozzuol, Camila L. Clozato, Elizete C. Holanda, Flávio H.G. Rodrigues, Samuel Nienow, Benoit de Thoisy, Rodrigo A.F. Redondo, Fabrício R. Santos

Publicado no Journal of Mammalogy, da American Society of Mammalogists Acesse o artigo.

Fonte: UFMG



---

**Povos tradicionais fazem reunião de olho em encontro nacional no DF**  
SÍTIO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 17.12.2013

*Mais de 100 lideranças de povos e comunidades tradicionais do Nordeste reúnem-se até quinta-feira em Salvador*

LETÍCIA VERDI

Começou nesta terça-feira (17/12), em Salvador, o primeiro encontro regional preparatório para o II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que acontece em maio de 2014, em Brasília. O evento reúne mais de 100 lideranças de povos e comunidades tradicionais da Região Nordeste, até a próxima quinta-feira no Hotel Othon Bahia.

Nos próximos meses, vão ocorrer os encontros das Regiões Norte, em Belém, Sudeste, no Rio de Janeiro, Centro-Oeste, em Cuiabá, e Sul, em Curitiba. Os encontros são organizados e coordenados pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). "Esses encontros serão um momento de reflexão e balanço dos últimos 10 anos de políticas e avanços do governo federal", destacou a diretora do Departamento de Extrativismo do MMA, Larisa Gaivizzo.

#### AVALIAÇÃO

O objetivo dos encontros é avaliar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e seus instrumentos de implantação, especialmente, da comissão nacional, suas formas de funcionamento, representação e consolidação. "Queremos que a comissão seja um fórum de diálogo forte, inovador e propositivo", ressalta Larisa Gaivizzo. A comissão faz a articulação de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais e estabelece prioridades para as ações de governo.

Em março de 2013, durante a 21ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), as ministras do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, pactuaram a realização do II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, em 2014.

Participam da CNPCT os seguintes órgãos de governo: MDS, MMA, Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura, da Saúde, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Pesca e Aquicultura, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, Fundação Palmares, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Fundação Nacional do Índio (Funai) Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio), a Secretaria de Patrimônio da União e Secretaria Geral da Presidência da República.

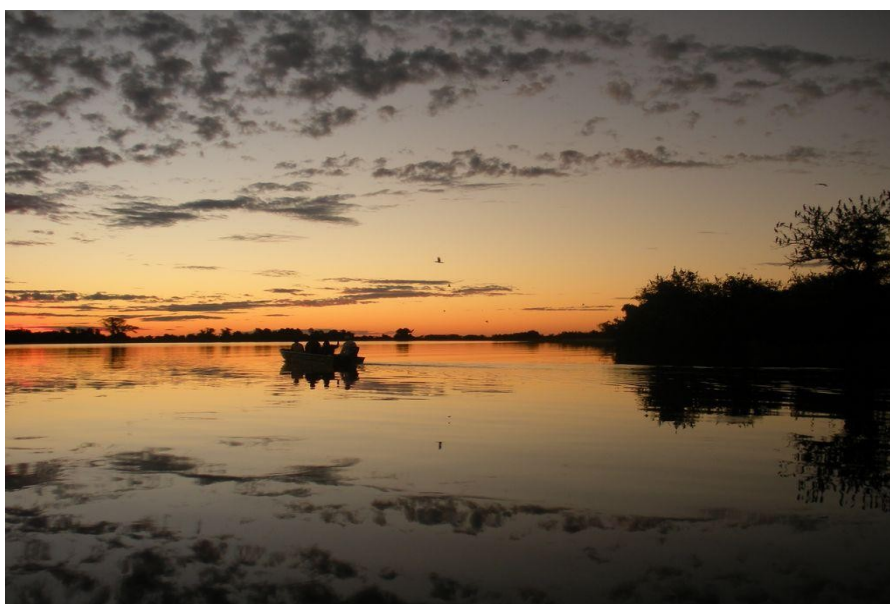
CONT.



A sociedade civil é representada, na CNPCT, pelos seguintes segmentos tradicionais: deringueiros, fundos de pasto, quilombolas, extrativistas, faxinalenses, pescadores artesanais, povos de terreiro, ciganos, pomeranos, indígenas, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, caiçaras, geraizeiros, catadoras de mangaba e retireiros do Araguaia.

Em 8 de fevereiro de 2007, foi publicado o Decreto 6.040 que instituiu a PNPCT, que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

**Ação social alia turismo e sustentabilidade e capacita comunidades locais no Pantanal**  
SÍTIO ENVOLVERDE, 17.12.2013



Quase R\$ 30 mil já foram doados à ONG ECOA por site de compras coletivas e contribuíram para a capacitação de cerca de 200 ribeirinhos desde o início do projeto. Ação valoriza a conservação sustentável de uma das regiões com as belezas naturais mais ricas do planeta

Sustentabilidade e turismo juntos na conservação do meio ambiente por meio da capacitação de comunidades tradicionais do Pantanal. É com esta proposta que o INNBatível e a ECOA se uniram e, no próximo mês de dezembro, completam três anos de uma parceria de sucesso. A iniciativa integra o projeto "Ações para o turismo de base comunitária na contenção da degradação do Pantanal", – financiado pelo Fundo de Direitos Difusos (FDD) do Ministério da Justiça e com o apoio do INNBatível –, que consiste em capacitar as populações locais, na maioria pescadores e ribeirinhos, para atuar no Turismo de Base Comunitária na região, destacando a preservação pantaneira, região bastante devastada nas últimas décadas.

Nesta parceria, cada vez que o cliente adquire uma das ofertas do INNBatível, o valor de R\$ 1,00 é automaticamente revertido para a ONG ECOA. Quase R\$ 30 mil foram doados e contribuíram para a capacitação de cerca de 200 ribeirinhos desde o início do projeto. "Com esta iniciativa, além de possibilitar que os pantaneiros tenham uma alternativa de renda, atuando no setor de turismo, podemos explorar a região de uma forma benéfica, mostrando ao turista as belezas daquele destino e ao mesmo tempo conscientizar os visitantes sobre a importância de toda aquela paisagem se manter intacta", informa Alexandre Neves, CEO do

CONT.



INNBatível, site de compras coletivas especializado em turismo, com sede em Florianópolis (SC).

O projeto acompanha a trajetória consistente da ONG ECOA, localizada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Criada em 1989 por um grupo de pesquisadores de diversas áreas profissionais, entre elas biologia, comunicação, arquitetura, ciências sociais, engenharia e educação, a instituição estabelece um espaço de reflexão, debates e formulações com a proposta de também desenvolver projetos e políticas para a conservação ambiental e a sustentabilidade tanto no meio urbano quanto no rural. O Pantanal e a bacia hidrográfica do rio da Prata foram identificados como as regiões prioritárias, sendo que no caso Pantanal concentraram-se as ações de base comunitária, o que indica, também, uma das razões para a criação da organização.

“Agradecemos ao INNBatível pela parceria firmada e pelas doações periódicas à nossa organização, que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento de alguns dos projetos sociambientais junto às comunidades ribeirinhas no Pantanal”, diz Sílvia Santana, coordenadora do Grupo Gestor ECOA. Para o INNBatível, “além de auxiliar a ECOA por meio de doações vinculadas às ofertas do site, temos a oportunidade, já há alguns anos, de usar os canais do INNBatível para divulgar o excelente trabalho realizado pela instituição”, conclui Alexandre Neves.

Mais informações podem ser encontradas no site [www.riosvivos.org.br](http://www.riosvivos.org.br) .



**Uema lança Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia**  
SÍTIO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, 17.12.2013



Foi realizado, na manhã desta sexta-feira (22), o lançamento do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), no auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

Participaram do evento alunos, professores e membros da Administração Superior da Uema, bem como pesquisadores de outras Instituições de Ensino Superior, representantes de comunidades quilombolas, pescadores, quebradeiras de coco e de outros movimentos

sociais, integrantes do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e demais convidados.

Na solenidade de lançamento, o vice-reitor Gustavo Pereira da Costa declarou que “para a Uema, é um orgulho estarmos, nessa manhã, fazendo o lançamento oficial de um programa. E nem ousa dizer mais um programa. Mas, sim, um programa com características muito próprias, especialidades e com um traço que, permite-nos dizer, haverá de dar identidade a ele dentro da nossa instituição”.

Aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em novembro de 2012, o Programa, que inicialmente ofertará curso de Mestrado, é fruto de uma parceria entre a Uema, por meio do Departamento de Ciências Sociais, e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a participação de professores da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

Com esse curso de Mestrado, a Uema visa a formação de profissionais com capacidade de implementar ações técnicas de monitoramento de terras indígenas, de quilombos, de quebradeiras de coco babaçu, de ribeirinhos e de outros povos e comunidades tradicionais.

O lançamento do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão faz parte da programação do Seminário “Cartografia Social, Mobilização e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais”, iniciado na manhã de ontem (21), no auditório do SESC - Olho D’Água.

Na manhã de hoje, ainda aconteceu no CCSA a mesa redonda “Cartografia Social: implicações teóricas e abordagem interdisciplinar”, com a participação do coordenador do Projeto Nova

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 230 / 2013

Brasília, 18 de dezembro de 2013.

Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), professor Alfredo Wagner B. de Almeida (UEA), do professor Leonardo Avritzer (UFMG) e da professora Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA), sob a coordenação da professora Helciane de Fátima Abreu Araújo (UEMA). Após os debates, houve o lançamento de livros e fascículos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Lugar: São Luís - MA



---

**Cai liminar que mandou despejar índios em Japorã**

SÍTIO REGIÃO NEWS, 18.12.2013

*Contudo, os fazendeiros ingressaram com recursos e o caso ainda não foi definido pela Justiça Federal.*

Foi suspensa ontem uma das quatro ordens judiciais que mandava os índios guarani nhandeva saírem de fazendas ocupadas em Japorã, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

Pela determinação judicial, os índios deveriam ser despejados hoje, quarta-feira. A Funai recorreu ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (São Paulo), que acatou o pedido.

Os guarani, segundo os fazendeiros, invadiram de um mês para cá ao menos 14 fazendas em Japorã. Os índios asseguram que a região, em torno de 9,5 mil hectares, foi declarada como território indígena em 2005.

Contudo, os fazendeiros ingressaram com recursos e o caso ainda não foi definido pela Justiça Federal.

A superintendência regional da Polícia Federal, em Campo Grande, não informou que havia escalado efetivo para cumprir hoje o mando judicial sobre as outras três fazendas. Os índios avisaram que com ou sem ordem fica nas fazendas.

## **Índios acampam às margens da ERS-129**

SÍTIO JORNAL A HORA, 18.12.2013

*Pelo menos quatro famílias estão no local para comercializar produtos artesanais*



Encantado - A polêmica envolvendo atividades indígenas em margens de rodovias chega à ERS-129. Há uma semana, 15 caingangues acampam de forma precária na faixa de domínio, onde produzem e comercializam produtos artesanais próximo ao intenso fluxo de veículos. Administração municipal presta assistência básica à tribo.

Os índios vieram de Lagoa Vermelha. Ocupam uma área com pouco mais de 20 metros quadrados. Há três barracões improvisados, sem água encanada ou energia elétrica. Sujeira e odores desagradáveis comprovam a falta de higiene. Existem crianças menores de idade, que brincam muito próximas da rodovia.

No improvisado acampamento, os índios produzem pequenos balaies, vendidos entre R\$ 20 e R\$ 30. Muitos são comercializados ali mesmo, no acostamento da rodovia estadual. Outros produtos são levados ao centro da cidade para serem oferecidos pelo mesmo preço.

Ao lado da tribo há uma escadaria para pedestres acessarem a rodovia. No caminho, há colchões sujos e restos de comida. Apesar disso, a vizinhança se mostra solidária aos índios. Uma senhora, que vive há quase 30 anos próximo ao local, permite que os caingangues utilizem a torneira instalada em frente à casa para abastecer a tribo. "Eles não têm culpa de viver assim."

O índio Marcos Lepoldino confirma a precariedade do local, mas demonstra tranquilidade. "A gente está acostumado. E cuidamos para que as crianças não invadam a rodovia." Afirma que houve ajuda da Assistência Social do município, que doou roupas e alimentos.

A secretária de Assistência Social, Valéria de Castro Caldas, confirma o auxílio. "Acreditamos que eles deixem o local após o Natal. Auxiliamos com roupa e alimento, e vamos dar as passagens para que possam voltar à cidade de origem." Ela reitera que inexistente qualquer possibilidade de proibir o acampamento, e demonstra preocupação com a saúde e integridade física das crianças.

CONT.



---

### Promessa é sair até o Natal

De acordo com Leopoldino, a tribo não pretende se instalar no local. A previsão é deixar o acampamento até a próxima semana. "Viemos só comercializar, aqui tem bons clientes e com a proximidade do Natal os negócios melhoram." Ele lamenta a falta de um local adequado para a comercialização dos produtos.

Avisada pela reportagem sobre o acampamento, a direção da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) afirmou que averiguará o fato da mesma forma como analisa outros casos semelhantes, como a invasão da ERS-130 em Lajeado.

### Impasse em lajeado

O impasse envolvendo índios caingangues da tribo Foxá, que invadiram área da ERS-130 na semana passada, deve ter uma solução breve. Conforme a secretária de Trabalho e Assistência Social (Sthas), Neca Dalmoro, a administração construirá um quiosque na área central para o comércio de artesanato.

Segundo Neca, já existe um imóvel de propriedade do Estado que deverá ser utilizado para a construção do quiosque. O local não foi divulgado, mas fica próximo ao Parque dos Dick. Hoje, uma entidade pública utiliza a área. "Será possível construir o quiosque sem prejudicar outros serviços naquele local."

Neca salienta que a tribo precisa respeitar normas básicas para atuar no quiosque. Higiene e limpeza serão cobradas, assim como a proibição do trabalho infantil. "Vamos garantir o local. E se voltarem a invadir a ERS-130, haverá argumentos para retirá-los." A previsão, de acordo com a secretária, é iniciar as obras na segunda quinzena de janeiro.

A tribo cobra uma promessa de 2007, quando ainda estava acampada próximo ao presídio estadual. Naquela época, a administração municipal construiu uma aldeia próxima ao bairro Santo Antônio para realocá-los, em uma área às margens da ERS-130.



---

**Reitor da UERJ antecipa recesso após encontro com indígenas**

SÍTIO O GLOBO, 18.12.2013

RIO - O reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ricardo Vieiralves de Castro, antecipou o recesso de final de ano após se reunir com representantes da Aldeia Maracanã na reitoria da universidade. O grupo reivindicava a participação de representantes da Aldeia Maracanã no seminário Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas, nesta quarta-feira. O encontro de indígenas iria ser realizado na universidade.

A Secretaria estadual de Cultura informa que com a antecipação do recesso, o evento não será mais feito na UERJ. Ele continuará sendo nesta quarta-feira, mas irá para o Teatro Gláucio Gil, em Copacabana.

A UERJ retoma as atividades no dia 5 de janeiro de 2014.

**Carne que teria sido saqueada por índios é apreendida com fazendeiros na BR-070**  
SÍTIO PRIMEIRA HORA, 18.12.2013

Fonte: Primeira Hora com assessoria PRF/MT



Três fazendeiros foram flagrados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), na terça-feira (17), com um carregamento de quase meia tonelada de carne que teria sido saqueada por indígenas, na BR-070, em Primavera do Leste.

Segundo a PRF, os policiais que estavam em ronda pela rodovia suspeitaram dos ocupantes de uma caminhonete, a qual saía da estrada de acesso à aldeia indígena, e resolveram abordá-los. Três homens, de 43, 52 e 56 anos, se identificaram como fazendeiros da região. Na caçamba do veículo, os policiais encontraram 18 caixas de carne bovina, totalizando aproximadamente 400 quilos.

Como não tinham qualquer documentação da mercadoria e entraram em contradição diversas vezes, os suspeitos acabaram confessando ter comprado a carne de índios que teriam saqueado um caminhão acidentado no dia anterior. Eles disseram que a carne seria para consumo próprio.

Os suspeitos foram encaminhados à Polícia Judiciária Civil e devem responder pelo crime de receptação, cuja pena varia de um a quatro anos de reclusão. A carne apreendida foi doada para a Creche Municipal de Primavera do Leste.



---

**Bombeiros retiram índio que resistia há 26 horas em cima de árvore, no Rio**  
SÍTIO AMBIENTE BRASIL, 18.12.2013

Depois de passar mais de 26 horas em cima de uma árvore no terreno da Aldeia Maracanã, ao lado do estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, o índio José Urutal, liderança da etnia Guajajara, foi retirado à força por bombeiros no fim da manhã de terça-feira(17). O índio foi levado para o Hospital Municipal Souza Aguiar e depois para a Delegacia da Praça da Bandeira, onde presta depoimento. Ele será autuado por resistência.

Zé Guajajara, como é conhecido, estava recebendo alimentos e água içados por manifestantes através de uma corda. Urutal era o último manifestante no terreno do antigo Museu do Índio, depois que o Batalhão de Choque retirou os demais índios que haviam ocupado o local no domingo (15). Após a operação de segunda-feira (16), o grupo foi levado para as delegacias da Praça da Bandeira e São Cristóvão, e autuados por resistência. Todos foram liberados após prestarem depoimento.

Quatro bombeiros subiram na árvore para retirar o último manifestante. Apesar da resistência, José Urutal Guajajara, de 54 anos, foi preso e levado à força uma ambulância do Corpo de Bombeiros, que estava em frente ao prédio. O Batalhão de Choque usou spray de pimenta para dispersar os manifestantes que impediam a saída do veículo. O comando do Batalhão de Choque e do Corpo de Bombeiros ainda não se pronunciaram sobre a retirada do manifestante.

O advogado dos indígenas da Aldeia Maracanã, Arão da Providência Filho, informou que os policiais e os bombeiros agiram ilegalmente, já que a ordem judicial de reintegração de posse por parte do governo, expedida em março, foi suspensa em agosto. Ele disse ainda que a única reivindicação do indígena para descer da árvore era o cumprimento da decisão da 7ª Vara Federal do Rio sobre uma ação civil ajuizada na segunda-feira (16) pelo advogado Arão, pedindo a reintegração de posse do terreno para os índios.

“Eles [comandante do bombeiro e da polícia] querem tirar [o índio] de qualquer jeito. Não tem ordem para tirar [os índios] do prédio. Eles invadiram sem decisão judicial. O que está havendo aqui no estado do Rio de Janeiro é o aparato militar intervindo em greve, nos movimentos sociais. Não respeitam nenhuma garantia constitucional”, disse o advogado.

Aproximadamente 50 manifestantes acompanharam o protesto de Zé Guajajara em frente ao antigo Museu do Índio cantando músicas e exibindo cartazes de apoio. Todos passaram a noite próximos a árvore onde o índio estava. Com a retirada do índio, os manifestantes também saíram da frente do prédio, mas policiais do Batalhão de Choque permanecem fazendo um cerco ao local. (Fonte: Agência Brasil)

## **Audiência Pública discute licença para pavimentação em terras indígenas**

SÍTIO JORNAL PORTO NEWS, 18.12.2013



Promover um amplo debate voltado à viabilidade de realizar a pavimentação de dois trechos da rodovia TO-126, que liga Tocantinópolis a Maurilândia, com trecho de 45 km e de Maurilândia a Itaguatins com 21 km, que atualmente estão impedidas de serem construídas por falta de licença ambiental junto ao Ibama e Funai. Com esse objetivo foi realizada na tarde desta última terça-feira, 17, uma Audiência Pública, na Assembleia Legislativa do Tocantins.

Além dos parlamentares, estiveram presentes o secretário da Infraestrutura (Seinfra) e presidente da Agência de Máquinas e Transportes do Tocantins

(Agetrans), Kaká Nogueira, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), prefeitos de Tocantinópolis, Fabion Gomes e de Maurilândia, Leoneide Conceição Sobreira e ainda caciques 11 aldeias indígenas Apinajés, que serão beneficiadas diretamente com as obras.

Durante a Audiência o Governo do Estado, a Funai, os indígenas e os parlamentares entraram no entendimento de que somente com um trabalho feito em parceria por todos, poderão ser alcançadas as liberações jurídicas e licenças ambientais necessárias para a pavimentação dos trechos.

O secretário da Infraestrutura e presidente da Agetrans declarou que “todos os casos das rodovias citadas são prioridade para o Governo do Estado e já estão com os projetos executivos prontos, de fato precisamos chegar a um entendimento. O Governo está totalmente disponível para investir e executar as obras. Estamos aqui para resolver”, afirmou Kaká Nogueira.

Ainda durante a reunião, o secretário Kaká Nogueira apresentou também a necessidade de se autorizar o licenciamento para os trechos TO-010, que liga Tocantínia a Lajeado e a conclusão da estrutura da Ponte do Rio Sono, no eixo da TO-245.

O representante da Funai no Tocantins, Clésio Fernandes de Moraes, explicou que as discussões são necessárias, pois a população aguarda ansiosa por melhorias nas estruturas das aldeias. “Estamos tratando de benefícios para os indígenas do nosso Estado, todo debate é necessário”, falou.

Durante pronunciamento o prefeito de Tocantinópolis, Fabion Gomes, explicou que as pavimentações desses trechos trarão o desenvolvimento que toda população espera a muitos anos. “O população quer as estradas e os índios também querem, todos precisamos do progresso”, pontuou.

CONT.



Para o deputado estadual Amélio Cayres é preciso analisar as possibilidades para melhorar a trafegabilidade nas aldeias indígenas dessas regiões. "Precisamos encontrar solução para esses entraves jurídicos e sociais, essas obras serão viáveis para beneficiar tanto os indígenas quanto toda a população desses municípios", frisou.

Já para o cacique da Aldeia Mariazinha, Emílio Apinajés, os indígenas são favoráveis a pavimentação, pois todos tem o entendimento que os benefícios virão para seu povo. "Nós sabemos que os impactos vão vir, mas se tiver estudo ambiental e licença pra construir, nós só temos a ganhar, os órgãos ambientais precisam entender que o índio também quer desenvolvimento", disse.

Estiveram presentes na audiência pública: Deputados estaduais Marcelo Lelis, Amélio Cayres, Sargento Aragão, Freire Junior, Stalin Bucar, Amália Santana e José Bonifácio, a prefeita de Maurilândia o prefeito de Tocantinópolis Fabion Gomes, vereadores de Tocantinópolis e Tocantínia, representantes da Funai, representantes do Ibama, além de caciques das Aldeias Apinajés Mariazinha, Brejão, Girassol, Bonito, Macaúba, Olho D'água, Barra do Dia.



---

**Professor da Unesp publica em livros artigos sobre povos indígenas**

SÍTIO DIÁRIO DE MARÍLIA, 18.12.2013

*Coletâneas reúnem visões da etnobiologia, saúde e consumo de álcool entre povos indígenas*

O professor Laércio Fidelis Dias, do Departamento de Sociologia e Antropologia (DSA) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Unesp, Câmpus de Marília, teve publicado em 2013, dois artigos sobre suas pesquisas com Povos Indígenas do Uaça, no extremo norte do estado do Amapá. Livros foram publicados em agosto e novembro, e cada um conta com artigo do docente. A coletânea "Etnobiologia e Saúde de Povos Indígenas", organizado por Moacir Haverroth e lançado em agosto, reúne textos de vários pesquisadores sobre saúde indígena e relação que esta população estabelece com o meio ambiente, com foco nos aspectos culturais e étnicos, a etnobiologia. Dias contribui com o artigo "Uso de plantas medicinais nos cuidados com a saúde entre as populações indígenas do Uaça". A publicação é do Núcleo de Publicações em Ecologia e Etnobotânica Aplicada (Nupeea), do Recife (PE), foi realizado com apoio financeiro do Instituto Brasil Plural.

A segunda coletânea, intitulada "Processo de Alcoolização Indígena no Brasil: perspectivas plurais", organizada por Maximiliano Loiola Ponte de Souza, integra a Coleção Saúde dos Povos Indígenas, descrevendo e analisando as características específicas dos diversos modos de uso de álcool em diferentes povos indígenas brasileiros. Os capítulos mostram ao leitor contextos bastante distintos: dos indígenas do Alto Rio Negro e da região do Uaça, na Amazônia, aos Kaingang e Mbyá-Guarani, no sul do país, passando pelos Pankararu do Nordeste, os Bororo do Centro-Oeste, os Maxakali de Minas Gerais e os Guarani de Angra dos Reis (RJ).

Publicado em novembro, Laércio Dias teve seu artigo "Consumo de Bebidas Alcoólicas entre os Povos Indígenas do Uaça" incluído na coletânea, realizada pela Fiocruz, do Rio de Janeiro.

O autor

Laércio Fidelis Dias graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Obteve o grau de Mestre e Doutor em Antropologia Social também pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor do DSA da Unesp de Marília e desenvolve pesquisa na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia da Saúde e Médica, atuando nos temas "itinerário terapêutico", "transição da saúde" e "bebidas alcoólicas".

### **O rolo compressor ruralista**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.12.2013



Confira projetos de lei, decretos e outros instrumentos legais que estão em curso e que, em sua maioria, atingem diretamente os direitos constitucionalmente garantidos das populações indígenas no país

Artionka Capiberibe e Oiara Bonilla\* – Brasil de Fato

Nos últimos anos, a disputa fundiária no Congresso tornou-se mais aguda, revelando para o grande público a existência da denominada “bancada ruralista”. Essa bancada tem sua atenção voltada principalmente para os direitos indígenas e quilombolas à terra.

Este ano de 2013 foi palco de grandes embates no Congresso entre os ruralistas e os representantes indígenas. O mais recente ataque foi a instalação da comissão especial para analisar a PEC 215, aquela que propõe transferir para o Congresso o processo de demarcação de terras indígenas.

Alguns dias antes, grandes proprietários de terra e seus apoiadores com representação política (deputado/as e senadore/as) organizaram um leilão para financiar a luta contra ocupações de terra por indígenas no estado do Mato Grosso do Sul.

As tensões e conflitos fundiários atuais não podem ser desvinculados dos ataques que vêm sendo perpetrados no Congresso contra os direitos constitucionalmente garantidos às populações tradicionais do país.

CONT.



A tabela abaixo explicita isso, mostrando quais são os personagens políticos, partidos e estados da federação nos quais se dão os principais ataques.

A tabela não pretende dar conta de todas as proposições sobre o assunto indígena em tramitação no Legislativo ou editadas pelo Executivo. Privilegia aquelas que tratam da questão fundiária no âmbito local e pontual, com atenção especial às que ainda estão em tramitação e que têm algum tipo de repercussão geral, assim como as proposições que afetam de maneira mais ampla o conjunto das populações indígenas no país.

As ações do movimento indígena nas ruas, assim como a pressão exercida por seus representantes e pelos seus aliados políticos no Legislativo, embora em grande desvantagem numérica (econômica e política), têm feito frente ao "rolo compressor" ruralista. A tabela, por meio da indicação das proposições favoráveis à causa indígena, é também um indicador dessa luta desigual.

**Justiça autoriza Alckmin a leiloar terrenos públicos onde moram 400 famílias**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.12.2013

Permissão foi concedida pelo presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, em recurso especial interposto pelo estado. Ao lado dos moradores, Defensoria Pública vai recorrer da decisão

por Redação RBA



Moradores mostram conta que atesta sua presença no terreno na zona sul da capital

São Paulo – O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), Ivan Sartori, derrubou anteontem (16) liminar que suspendia o leilão de 60 terrenos públicos na zona sul da capital, onde vivem há pelo menos 20 anos aproximadamente 400 famílias de baixa renda. Os imóveis estão localizados no entorno da Avenida Jornalista Roberto Marinho, na região dos bairros de Campo Belo e Brooklin.

A liminar havia sido concedida pela justiça em 11 de setembro, apenas dois dias antes da data marcada pelo governo do estado para a realização do leilão. A juíza Maricy Maraldi, da

6ª Vara da Fazenda Pública, entendeu que a administração Geraldo Alckmin (PSDB) violara a garantia de ampla defesa dos moradores ao iniciar o processo de oferta dos terrenos sem prestar-lhes qualquer informação.

Mais tarde, a Procuradoria-Geral do Estado, que defende os interesses do poder público, entraria com recurso da decisão. O despacho da juíza, porém, seria mantido pelos desembargadores em segunda instância. Os procuradores, então, usaram um artifício especial, exclusivo do estado, e pediram diretamente que Ivan Sartori analisasse a matéria.

“Os órgãos públicos podem pedir ao presidente do TJ-SP a suspensão da execução da liminar, baseado na violação da ordem política, econômica e social”, explica Sabrina Nasser de Carvalho, do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que representa os moradores. “É uma autorização bastante ampla, colocada pela própria lei.”

A partir desse recurso, continua a defensora, Sartori entendeu que continuar impedindo judicialmente a realização do leilão traria graves prejuízos à ordem econômica. De acordo com o magistrado, há “suficiente demonstração de que haverá grave lesão à economia pública” e “prejuízo à empresa responsável pelas Parcerias Público-Privadas, cujo capital deve ser integralizado como condição para realizar as obras necessárias”.

CONT.



A Defensoria Pública ainda não foi notificada oficialmente da decisão, mas Sabrina adianta que entrará com recurso. Ela tem cinco dias a partir do recebimento do documento para fazê-lo. Como o TJ-SP entra em recesso de final de ano na sexta-feira (20), o novo recurso dificilmente será analisado pelos desembargadores antes de janeiro.

"Hoje, a decisão é que os leilões estão liberados. Vamos apresentar os recursos o quanto antes, mas a gente acredita que não haverá leilão antes do novo julgamento", espera a defensora, ao afirmar que vai insistir na argumentação que vem sustentando desde o começo.

"Em primeiro lugar, houve violação do contraditório aos moradores no processo administrativo", explica. "Todos os moradores deveriam ser notificados sobre o leilão, mas o Estado acabou não avisando ninguém. Assim, não puderam apresentar seus argumentos. Isso é necessário para decisões administrativas que violam direitos fundamentais, como a moradia."

Sabrina argumenta que também lembrará aos magistrados do direito adquirido pelos moradores da região devido ao tempo em que se encontram nos terrenos. "As pessoas têm direito à concessão de uso especial para fins de moradia, que se consegue após permanência no imóvel público pelo prazo de cinco anos", pontua. "Temos informações oficiais da prefeitura de que a ocupação começou nas décadas de 1960 e foi se consolidando nos anos 1970 e 1980."

A defensora lembra que uma das razões mais fortes para manter a suspensão dos leilões era a necessidade de se realizar um "estudo social" nas áreas ocupadas para conhecer a fundo o perfil dos moradores – medida prevista na decisão da juíza de primeira instância. "Temos que identificar realmente quem é da área, compreender o contexto de cada uma. Tem gente que está há muito tempo, outros pode ser que não. Mas é preciso saber em que contexto estão inseridos."

"Aquela região está passando por um grande processo de gentrificação, essa é a verdade", afirma Geílson Sampaio, assistente social do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que apoia os moradores. "Após a vinda do monotrilho, está havendo um enriquecimento da área e a expulsão das pessoas mais pobres. A liminar foi derrubada para fazer prevalecer o projeto imobiliário das Parcerias Público-Privadas."

Antes de começar a trabalhar no Centro Gaspar Garcia, Sampaio foi ele próprio vítima de uma remoção na comunidade do Buraco Quente, vizinha dos terrenos ameaçados pelo leilão. No caso, teve de deixar sua casa devido à construção da Linha 17 Ouro do Metrô – o chamado monotrilho. O assistente social afirma que, desde setembro, quando obtiveram a liminar, os moradores tentam dialogar com o governo, sem sucesso. "Não houve negociação, resposta nenhuma."

De acordo com Sampaio, os moradores ameaçados pelo leilão devem se reunir ainda ontem (17), à noite, para discutir o que farão caso a liminar não seja restaurada. "Provavelmente, teremos que ir para a rua, dar visibilidade à causa, para mostrar que temos voz e vez nessa sociedade desigual", explica.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



**Subcomissão do Senado ouve denúncias da Comissão da Verdade sobre tortura com indígenas e camponeses no Araguaia e quer explicações da Abin sobre ausência na reunião e sobre ossadas em Belém**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.12.2013

Por Marília Coêlho, da Agência Senado



Alessandro Dantas/Agência Senado

Fontelles, Capiberibe e Maria Rita Kehl, durante o debate de ontem, 17/12, na subcomissão

A Subcomissão Permanente de Memória, Verdade e Justiça deve enviar à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) um pedido de informações sobre a localização de ossadas que podem pertencer a desaparecidos políticos. A decisão foi tomada nesta terça-feira (17) pelo senador João Capiberibe (PSB-PA), que preside a subcomissão, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Capiberibe reclamou da ausência injustificada da Abin, que havia sido convidada para a audiência pública. Segundo Paulo Fontelles Filho, do Comitê Paraense pela Memória, Verdade e Justiça, a agência comandou o recolhimento das ossadas encontradas em 2001, no Forte do Castelo, uma região histórica de Belém do Pará, e não divulgou nenhuma informação a respeito.

Conforme Fontelles, os operários das obras de requalificação da região confirmaram que as ossadas foram encontradas. Eles contam que os restos mortais foram recolhidos por um homem, chamado Leo, que trabalharia na Secretaria de Cultura do estado.

CONT.



– Depois nós soubemos que esse suposto Leo era um policial militar aqui do DF recrutado pela Abin do Pará. E os organizadores dessa ação foram Magno José Borges e Armando Souza Dias – disse Fontelles.

Fontelles acrescentou que Magno e Armando pertenceram ao Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) durante o período de ditadura militar, estiveram no Araguaia, foram agentes do Serviço Nacional de Informações, e trabalham atualmente na Abin do Pará. O DOI-CODI era um órgão de inteligência e repressão subordinado ao Exército.

Para Fontelles, existe um Estado de repressão clandestino, composto de agentes que atuaram na época da ditadura e ocupam cargos no serviço público até hoje. O senador Capiberibe se mostrou preocupado com as informações e disse que é o momento de desmontar esse Estado clandestino, que teve, no seu entender, sua existência provada pelo recente desaparecimento do pedreiro Amarildo no Rio de Janeiro (o operário foi detido e assassinado por integrantes da PM daquele estado).

– Nós temos que nos preocupar e temos de buscar desmontar esse Estado clandestino para que não se repita o que nós vimos estarrecidos: o desaparecimento, na frente das câmeras, do pedreiro Amarildo. Essa é uma prova concreta da existência de um Estado clandestino que não tem nenhuma obediência à lei – disse o senador.

Para o senador, a Lei da Anistia (Lei 6.683/1979), que anistiou as vítimas de tortura e também os torturadores, permite que essa situação de repressão se perpetue. Paulo Fontelles, que teve o pai assassinado por pistoleiros da União Democrática Ruralista, disse que tem sido vigiado por parte de agentes da Abin.

A senadora Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH, sugeriu que a subcomissão encaminhe as informações prestadas por Fontelles ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que ele peça uma investigação à Polícia Federal sobre o assunto. Capiberibe acolheu a sugestão de Ana Rita, e disse que também irá enviar um ofício à Abin, responsabilizando-a pelas pressões contra Paulo Fontelles Filho e Marco Antonio Moreira Antas, que estariam sendo seguidos e assediados.

– Vamos responsabilizar a Abin caso ocorra qualquer constrangimento físico, qualquer novo assédio. Peço que você nos comunique para podermos tomar a iniciativa – afirmou o senador, dirigindo-se a Fontelles.

#### A Guerrilha do Araguaia

Ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia um movimento guerrilheiro criado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região amazônica, ao longo do rio Araguaia, entre os fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970. O movimento, que tinha o objetivo de fomentar uma revolução socialista, foi combatido pelas Forças Armadas a partir de 1972 e teve cerca de 60 militantes assassinados. Mais de 50 deles são considerados ainda hoje como desaparecidos políticos.

CONT.



Segundo Maria Rita Kehl, membro da Comissão Nacional da Verdade, não houve de fato uma guerrilha, pois os militantes não morreram em combate. Na época, o Exército teria conseguido pistas para localizar os guerrilheiros com camponeses e indígenas que viviam na região. Os camponeses e indígenas teriam sido torturados para delatarem o paradeiro dos militantes.

– Eles ainda estavam se organizando e na terceira expedição o Exército conseguiu encontrá-los, e conseguiu encontrá-los porque torturou índios e camponeses – afirmou.

Kehl conversou com índios e camponeses da região. Segundo ela, o Exército, erradamente, dizia que os guerrilheiros eram terroristas. E os camponeses, mesmo sob tortura, quando os soldados lhes perguntavam onde estariam os terroristas, diziam que os terroristas eram os soldados.

– Eles diziam:” a gente não conhece aqui nenhum terrorista, conhece umas pessoas que eram legais com a gente, que faziam coisas boas. Quem está fazendo terror aqui são vocês”. E com aquela bravura característica do camponês, eles apanhavam ainda mais – relatou.

Segundo Kehl, os índios Suruí naquela época viviam muito isolados e não entendiam o que estava acontecendo na região. Ouvindo relatos dos próprios índios, Kehl contou que eles foram obrigados a cortar e a carregar cabeças dos guerrilheiros, o que foi muito traumatizante.

– Alguns índios disseram que, durante muito tempo, sonhavam e tinham a sensação horrível do sangue quente escorrendo nas costas deles – disse.

#### Resquícios da ditadura

Maria Rita Kehl apresentou as atuais dificuldades enfrentadas pelos índios Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, como resquícios da ditadura militar. De acordo com o seu relato, após a ditadura, foi criada no Maranhão, no Pará e em outros estados, a União Democrática Ruralista (UDR), uma milícia armada formada por grandes proprietários de terra para matar camponeses ou pessoas que resistam à tomada de suas terras.

Ela contou que, há 15 dias, proprietários de terra fizeram um leilão de gado para arrecadar dinheiro a fim de pagar milícias armadas que estão cercando os índios Guarani-Kaiowá.

– E o Estado brasileiro, aparentemente, não intervém – afirmou ela.

Presente na audiência, o juiz José Barroso Filho disse que é urgente que o Estado promova espaços de convivência entre os donos de terras e os Kaiowá, o que tiraria a tensão do conflito. Barroso afirmou que os índios estão isolados, sem nenhum atendimento por parte do Estado e que precisam de serviços básicos de educação e saúde. A falta da assistência necessária, completou ela, tem estimulado a prática de suicídio, já comum entre eles.

Maria Rita Kehl também citou o caso dos desaparecidos mortos pela Polícia Militar em São Paulo durante conflitos com o Primeiro Comando da Capital (PCC), em 2006. Na ocasião, disse ela, foram mortos mais de 500 jovens, o que é mais do que todos os militantes de esquerda que morreram na ditadura.



– Não só há um número enorme de jovens assassinado pela polícia, como de desaparecidos. Os pais e mães desses jovens não conseguem encontrar os corpos de seus filhos, porque eles também são ameaçados – ressaltou.

As mães desses jovens ficaram conhecidas como Mães de Maio. Capiberibe também vai encaminhar esses casos para o ministro da Justiça e agendar audiências públicas para o início de 2014 sobre o caso dos Kaiowá e para ouvir as Mães de Maio.

**BA – Carta do Seminário Estadual Terra, Território, Soberania Alimentar: semeando unidade, colhendo liberdade!**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.12.2013



Nós, povos do campo, das florestas, das águas e cidades da Bahia, reunidos em Feira de Santana, entre os dias 13 e 15 de dezembro de 2013, no Seminário Estadual Terra, Território, Soberania Alimentar: semeando unidade, colhendo liberdade, após uma profunda reflexão sobre a conjuntura agrária baiana e brasileira, manifestamos a nossa indignação frente ao modelo de desenvolvimento capitalista em curso, intensificado nos últimos dez anos, que tem inviabilizado a política de reforma agrária e de reconhecimento dos territórios tradicionais, face

aos interesses de grandes corporações públicas e privadas, nacionais e internacionais, comprometidas com a degradação da vida em todas as suas dimensões.

Denunciamos a expansão do agronegócio, através das monoculturas do eucalipto, fruticultura irrigada, cana-de-açúcar etc, e hidronegócio, através da carcinicultura, e da atividade mineral, bem como a transformação da água, bem essencial e direito humano fundamental, em recurso econômico e privado. Esses empreendimentos são fomentados por investimentos públicos, que têm intensificado a concentração fundiária, a superexploração dos(as) trabalhadores(as) e dos recursos naturais (água, terra, ar, minérios, florestas etc), bem como a sua degradação, a violência física e simbólica promovida contra camponeses e camponesas, e, sobretudo, o comprometimento da soberania alimentar da população brasileira.

Denunciamos, no Brasil e na Bahia, a corrida desenfreada pelas fontes de energia fóssil e pelas fontes renováveis, para expansão capitalista, predatória e insustentável, voltada para o mercado global, que usurpa territórios de povos tradicionais, expulsa comunidades camponesas, reduz e substitui cultivos, devasta a natureza e põe em risco nosso futuro.

Identificamos que os nossos inimigos estão umbilicalmente articulados. Controlam o Estado em suas três esferas (Legislativo, Executivo e Judiciário) para fazer valer a todo custo seus interesses. Não temos dúvidas de que são eles que inviabilizam a Reforma Agrária e a regularização dos territórios tradicionais, a partir do desmonte e sucateamento dos órgãos responsáveis pela sua execução e dos minguados recursos financeiros disponibilizados nos orçamentos, para que seus empreendimentos e ações nocivos à população do campo e da cidade possam se efetivar.

Estamos cientes dos desafios que temos pela frente para nos contrapor e propor de forma

CONT.



articulada a essa conjuntura, nesse sentido, reafirmamos nosso compromisso com a continuidade da construção de um processo de lutas unificadas que favoreça o desenvolvimento de ações diretas e estratégias necessárias e urgentes para fazer frente à ofensiva do capital, com suas várias faces, contra nossos povos e comunidades.

Anunciamos a reforma agrária, o reconhecimento dos territórios tradicionais, a soberania alimentar, hídrica e energética e a importância da educação do campo como soluções sustentáveis e definitivas ao ameaçador negócio da água, da terra e da energia. Defendemos a soberania alimentar, hídrica e energética como direito dos povos e comunidades em definir autonomamente suas próprias políticas, estratégias e práticas sustentáveis de acesso e usos da terra, água e da energia, em condições suficientes à produção e reprodução e melhoria da vida, de acordo com suas formas e tradições.

Reconhecemos e reafirmamos o protagonismo histórico das mulheres da classe trabalhadora em todo processo de resistência e revolta nas lutas do campo e da cidade, compreendendo que nossas conquistas se deram à custa de muito suor e sangue. Visualizamos a necessidade de nos manter nas lutas de forma organizada.

Continuaremos semeando a unidade e colhendo a liberdade, em honra àquelas e àqueles que tombaram nessa luta, certos e certas, de que, com nossa força articulada, seremos capazes de fazer valer a reforma agrária, a efetivação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e o direito à cidade que queremos.

Feira de Santana, 15 de dezembro de 2013.

Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP)  
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)  
Movimento dos Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia (CETA)  
Movimento de Luta pela Terra (MLT)  
Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)  
Quilombo São Francisco do Paraguaçu, município de Cachoeira  
Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto  
Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB)  
Comunidades Geraizeiras do Sudoeste da Bahia  
Pastoral Rural  
Associação de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia  
Movimento das Comunidades Populares (MCP)  
Movimento Camponês Popular (MCP)  
Central das Associações de Fundo e Fecho de Pasto da Região de Senhor do Bonfim (CAFFP)  
Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia (AATR)  
Comissão Pastoral da Terra (CPT)  
Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)  
Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)  
Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA)  
Pastoral da Juventude Rural (PJR)

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 230 / 2013

Brasília, 18 de dezembro de 2013.

---

Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA)

Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES)

Rede de Escolas Família Agrícola Integradas do Semiárido (REFAISA)

Centro de Referência em Assessoria Jurídica Popular às comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, quilombolas e pescadores artesanais de Monte Santo/Universidade Estadual de Feira de Santana

Projeto Geografar/Universidade Federal da Bahia

Marcha Mundial de Mulheres (MMM)

Levante Popular da Juventude

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Tatiana Dias Gomes.



---

**Bancada do PT manifesta posição contrária à PEC 215**

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 18.12.2013

A Bancada do PT na Câmara, em nota oficial assinada pelo líder José Guimarães (CE), firmou ontem (17) posição contrária à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215/2000) que pretende alterar o processo de demarcação de terras indígenas, transferindo a prerrogativa do Executivo para o Congresso Nacional.

Durante reunião, a bancada considerou a iniciativa um equívoco e a interpreta como inconstitucional "porque fere cláusulas pétreas da Carta Magna, pois precariza os direitos indígenas e suscita a geração de mais conflitos nas disputas territoriais".

Leia a íntegra da nota:

"A Bancada do PT na Câmara, em sintonia com o 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores e com a Comissão Executiva Nacional, reitera sua posição contrária à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215/2000) que visa alterar o processo de demarcação de terras indígenas.

A Bancada considera um equívoco transferir do Executivo para o Congresso as decisões acerca de demarcações de terras indígenas, bem como rever processos já homologados, incluindo terras quilombolas e Unidades de Conservação (UCs), conforme texto da PEC 215.

Além disso, a PEC 215 é inconstitucional porque fere cláusulas pétreas da Carta Magna, pois precariza os direitos indígenas e suscita a geração de mais conflitos nas disputas territoriais.

A participação da Bancada no colegiado visa defender temas de interesse popular e democrático de toda a sociedade brasileira, incluindo direitos dos povos indígenas e de outras minorias em particular.

O Estado brasileiro tem todas as condições de patrocinar essa defesa e ao mesmo tempo avançar na reforma agrária, apoiar a agricultura familiar e garantir a segurança jurídica para a atividade agropecuária brasileira.

Com responsabilidade, equilíbrio e respeito à Constituição, a Comissão Especial haverá de encontrar soluções para dirimir os conflitos territoriais, tendo como parâmetros a busca de uma sociedade democrática, solidária e justa.

Brasília, 17 de dezembro de 2013

Fonte: Mara Paraguassu



**O avanço sustentável e a organização política dos povos da Raposa Serra do Sol**  
SÍTIO JORNAL GGN, 18.12.2013

Enviado por mpaiva

"... após a desocupação dos fazendeiros do interior da TI Raposa Serra do Sol, estamos trabalhando coletivamente para recuperar a terra pelos anos de exploração degradante que sofreu e mesmo assim, temos avançados positivamente"

" ... não é verdade que nós indígenas estamos vivendo nos lixões de Boa Vista, ou que estamos morrendo de fome porque os arrozeiros saíram da terra indígena. Pelo contrário, após a reintegração de posse de nossas terras, estamos mais tranquilos, sem a violência e ameaças que impediam de avançar em nossa sustentabilidade."

Do Conselho Indígena de Roraima Visita reafirma avanço sustentável e organização política dos povos da Raposa Serra do Sol Durante a agenda com os povos indígena de Roraima, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Indígenas, da Câmara Federal nos dias 6, 7 e 8 de dezembro reafirmou o avanço sustentável e fortalecimento da organização política e social dos povos indígenas da Raposa Serra do Sol, após cinco anos de homologação e reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal(STF), em outubro desse ano. A Comissão composta pelos parlamentares o presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Indígenas, Padre Tom (PT/RO), Janete Capiberibe (PSB/AP), o deputado Renato Simões (PT/SP) e a representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) correspondeu um cumprimento de agenda com os povos indígenas da Raposa Serra do Sol reivindicada durante a visita da Comissão de 21 lideranças indígena em Brasília, no mês abril e reforçada em julho, durante a mobilização nacional indígena contra a PEC 215. Outro ponto importante da visita, foi a oportunidade das lideranças indígenas de Roraima mostrarem a realidade atual das comunidades indígenas, a partir das suas potencialidades, avanços, problemas e necessidades.

Conforme a visita ao Estado, no dia 6, a Comitativa participou da Audiência Pública na sede do Conselho Indígena de Roraima(CIR), em Boa Vista, com a presença dos coordenadores regionais, das organizações indígenas, dos órgãos públicos e movimentos sociais. No ato, foram entregues documentos específicos de cada representante, entre eles, a Carta da Ampliada elaborada após a II Reunião Ampliada do CIR, ocorrida na mesma semana de 3 a 5. O documento reuniu manifestações de oito regiões, no ato representado, Amajari, Baixo Cotingo, Murupu, Taiano, Raposa, Serras, Serra da Lua e Surumu, oriundos das 32 terras indígenas, que somam uma população de aproximadamente 55 mil indígenas, residentes em 413 comunidades indígenas em Roraima. Na Carta houve manifestações importantes da realidade atual dos povos indígenas da Raposa Serra do Sol. De acordo com a Carta, os povos indígenas registram dizendo que " após a desocupação dos fazendeiros do interior da TI Raposa Serra do Sol, estamos trabalhando coletivamente para recuperar a terra pelos anos de exploração degradante que sofreu e mesmo assim, temos avançados positivamente" Para

CONT.



esclarecer a inverdade que vem sendo propagada nos meios de comunicação local e nacional, de que indígenas saíram da RSS e moram nos lixos da capital, a Carta registra que " não é verdade que nós indígenas estamos vivendo nos lixões de Boa Vista, ou que estamos morrendo de fome porque os arrozeiros saíram da terra indígena. Pelo contrário, após a reintegração de posse de nossas terras, estamos mais tranquilos, sem a violência e ameaças que impediam de avançar em nossa sustentabilidade." As lideranças indígenas também demonstraram preocupação com as questões a nível nacional em relação o retrocesso na garantia dos direitos fundamentais dos povos indígenas, principalmente aqueles referidos a livre determinação e a terra. Diante disso, os povos de Roraima manifestaram dizendo que " o Estado brasileiro não pode optar por um modelo econômico desenvolvimentista, de crescimento acelerado, baseado na exploração dos recursos naturais e na decorrente disputa pelo controle dos territórios, em detrimento dos povos indígenas." Por fim na Carta, os líderes reafirmaram a determinação de defender os direitos indígenas, agindo de forma autônoma, clara e transparente junto ao Estado brasileiro. No mesmo documento foram apresentadas recomendações em relação aos direitos territoriais, autonomia e meio ambiente, educação, saúde e direitos ameaçados. O avanço sustentável e a organização política, social dos povos indígenas, especificamente na TI Raposa Serra do Sol foi constatada in loco nas regiões, Surumu, Serras, Baixo Contingo e Raposa nos dias de agenda da Comissão junto aos povos indígenas.

## **Escolas indígenas em São Paulo têm aulas de aprendizado na mata**

SÍTIO VAI E VEM DA VIDA, 18.12.2013

*O CECI Krukutu fica dentro da aldeia de mesmo nome, em Parelheiros, bem próximo da represa Billings e a mais de 50 km de distância da Praça da Sé*



Foto: Júnior Lagp/Uol

Imagine como seria se sua escola fosse cercada de natureza, todas as crianças falassem dois idiomas e você sempre tivesse a companhia da mãe. Em vez de matemática, que tal um passeio na trilha e aula de como fazer armadilhas para animais? Embora seja bem diferente do colégio que a maioria das crianças conheça, essa é rotina em um dos três Centros de Educação e Cultura Indígena (CECIs), escolas da prefeitura de São Paulo que incentivam a cultura e os costumes do povo guarani.

Para conhecer de perto e entender como esta escola diferente funciona, a reportagem do UOL Crianças visitou uma das unidades, no extremo sul da cidade de São Paulo, onde estudam cerca de 40 crianças de até cinco anos. O CECI Krukutu fica dentro da aldeia de mesmo nome, em Parelheiros, bem próximo da represa Billings e a mais de 50 km de distância da Praça da Sé.

Quem não mora lá precisa enfrentar pelo menos algumas horas de trajeto, uma estrada de terra e às vezes até balsa para chegar ao local. Mas estar longe do centro também tem vantagens: lá o clima é mais agradável, a natureza é farta e o ar, bem mais limpo. Se olhar ao redor você não se sente em São Paulo, mas em uma cidadezinha do interior.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 230 / 2013

Brasília, 18 de dezembro de 2013.

O idioma da aldeia é o guarani e todos os moradores conversam entre si nesta língua, inclusive na escola. Lá as crianças têm algumas aulas de português, que elas já conhecem um pouco por conta da televisão, e aprendem as letras do alfabeto. Mas o dia a dia do CECI é em guarani. Até as entrevistas para esta reportagem foram bilíngues: depois de ouvir cada pergunta, os moradores trocavam palavras (e em algumas vezes até longos diálogos) no idioma indígena, antes de decidir o que iriam responder em português.

## **Guarani Kayowá iniciam ritual de morte por terra e identidade**

SÍTIO CIMI, 18.12.2013



Para se defenderem, índios estão dispostos a morrer. "O que eles reivindicam não é a propriedade, é o pertencimento. A terra não é posse, não se troca por dinheiro, não serve para especular. Serve para você saber quem você é." A partir desse trecho, retirado do artigo O fio que dá sentido à vida, da psicanalista Maria Rita Kehl, o apelo dos Guaranis-kayowás pode ser ainda mais entendido pela sociedade brasileira.

Em cumprimento a quatro decisões judiciais de reintegração de posse contra os indígenas, expedidas na quinta-feira, 12, que obrigam mais de 5 mil indígenas a desocuparem

fazendas do sul do estado, agentes da Polícia Federal afirmaram, em reunião com entidades defensoras dos direitos humanos, que realizarão o despejo da comunidade no próximo dia 18 de dezembro.

Mesmo com a pressão, os Guarani não hesitaram em ser resistentes. Pertencentes das terras da Guarani Ñandeva do Tekoha Yvy Katu, fronteira do Mato Grosso do Sul com Paraguai, os índios reafirmaram, em carta à sociedade brasileira, que não deixarão a terra reconquistada, e resistirão até a morte para defendê-la.

Diante da afirmativa de que irão lutar e resistir ao envio de forças policiais, os guarani ressaltaram que já começaram um ritual religioso raro que diz respeito à despedida da vida da terra, em outras palavras, estão se preparando para morrer.

Na carta, eles pedem que sejam enterrados em sua terra e que o Estado se responsabilize em cuidar das crianças e idosos que sobreviverem. "Solicitamos ainda à presidenta Dilma, à Justiça Federal que decretou a nossa expulsão e a morte coletiva para assumir a responsabilidade de amparar e ajudar as crianças, mulheres e idosos sobreviventes aqui no Yvy Katu que certamente vão ficar sem pai e sem mãe após a execução do despejo pela força policial", expõe o texto.

De acordo com o secretário executivo do CIMI, Cleber Buzatto, duas questões precisam ser urgentemente feitas. "A primeira é dar seguimento ao procedimento de demarcação da referida terra indígena, procedendo a homologação e as devidas indenizações aos não-indígenas proprietários de títulos de boa fé. A segunda é acionar os advogados da União para apresentação de recursos a fim de caçar as decisões judiciais favoráveis às reintegrações de

CONT.



---

posse contra os Guarani”, defendeu.

Em relação ao Leilão da Resistência, evento que vendeu gado, aves e soja para financiar seguranças armados contra indígenas, arrecadando R\$ 1 milhão, Cleber declarou que esse leilão é outro instrumento utilizado contra os povos indígenas. "O leilão é mais um instrumento intimidatório utilizado pelos fazendeiros invasores de terras indígenas no Mato Grosso do Sul. De acordo com o próprios organizadores, o leilão teve a pretensão de arrecadar recursos financeiros para financiar ações milicianas contras os povos indígenas naquele estado", denunciou alertando para o verdadeiro objetivo do evento.

Os índios estão sendo despejados em razão da valorização das terras, que possuem altas camadas de minério. Os latifundiários têm o poder de aprovar leis, bem como de passar por cima delas. Então, faz-se mais que necessário exigir que o governo federal demarque as terras dos Guarani Kaiowá em caráter de urgência, antes que aconteçam genocídios e suicídios, fazendo com que a comunidade indígena brasileira perca de vez sua identidade.

Fotos: Egon Heck

**Ministro do STF afirma que condicionantes só se aplicam à Raposa Serra do Sol**  
SÍTIO CIMI, 18.12.2013



O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (arquivou) à Reclamação (RCL 14473) ajuizada pelo Município de Lábrea (AM) contra decisão judicial que havia determinado a revisão e ampliação da Terra Indígena Kaxarari, situada entre Lábrea (AM) e Porto Velho (RO). O município apontou descumprimento da decisão tomada pelo Supremo no julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, realizado por meio da Petição (PET) 3388.

Segundo explicou o ministro Marco Aurélio, no julgamento de recurso (embargos de declaração) na PET 3388, o Plenário “não sufragou o entendimento sobre o fato articulado” na reclamação do município de Lábrea. Isso porque, pela decisão do Supremo, as salvaguardas fixadas para dirimir conflitos no caso concreto da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol não foram estendidas para a demarcação de outras reservas. “O relator dos embargos (de declaração na PET 3388) chegou a consignar que o pronunciamento alusivo à referida petição mostrou-se específico, limitado às terras indígenas de Raposa Serra do Sol”, ressaltou o ministro Marco Aurélio.

Com esses argumentos, o ministro negou seguimento ao pedido do município de Lábrea e derrubou a liminar por ele concedida parcialmente em setembro de 2012 para suspender as atividades de grupos técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) que cumpriam a determinação de revisão e ampliação da reserva feita pelo juízo da 5ª Vara Federal Ambiental e Agrária de Rondônia.



---

**Secretaria de saúde de Iguaracy realiza ciranda de serviços com comunidade quilombola nas festividades dos cinquenta anos do município**

SÍTIO BLOG TV WEB SERTÃO, 18.12.2013

Em entrevista ao nosso repórter sobre o movimento dos Quilombolas que estava ocorrendo na Praça Antônio Rabelo, a Secretária de Saúde Laura Veras disse que tudo o que estava sendo apresentado e exposto, foi apenas a amostragem do que a Secretaria de Saúde vem fazendo desde o início do ano pela comunidade Quilombola da Varzinha.

Disse que a secretaria tem levado a comunidade médicos, enfermeiros, dentistas e tem também buscado exaltar a cultura dos mesmos, como a dança e também a culinária.

Segundo a secretária, a comunidade vinha se sentindo desprezada sem participar de ações como a ciranda de serviços que estava sendo realizada no momento, desta forma, o governo municipal firmou o apoio e a garantia de que todo ano estaria fazendo esta amostragem, essa feira, para que os quilombolas pudessem expor os seus produtos e a sua cultura.

Laura falou gostar da cultura dos quilombolas e que esta cultura precisa ser exaltada e valorizada pelo povo de Iguaracy. Disse também que o professor Milton Araújo que é o Coordenador da Academia da Saúde e da Academia das Cidades, estava ajudando na parte cultural o qual vem trabalhando firme e forte com o pessoal nas questões das danças.

Além deste serviço cultural em especial, o governo está oferecendo também um investimento na culinária, nos bordados, etc, e junto a tudo isso, a sua secretaria tem levado o serviço de saúde para que eles também tenham acesso aos atendimentos médicos já que a comunidade é localizada muito distante da sede, então como ela mesma disse, "se eles não podem vir até nós, nós estamos indo até eles".



---

**TRF ordena suspensão imediata de obras da usina de Belo Monte**

SÍTIO YAHOO NOTÍCIAS, 18.11.2013

Rio de Janeiro, 17 dez (EFE).- O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região ordenou novamente nesta terça-feira a suspensão das obras da usina de Belo Monte, em Vitória do Xingu, no sudoeste do Pará.

A ordem de suspensão das obras, a segunda nos últimos dois meses, foi determinada hoje pelo tribunal com jurisdição sobre grande parte da Amazônia.

Os magistrados atenderam um pedido de procuradores do Ministério Público do Pará, que denunciaram descumprimentos de exigências na licença ambiental provisória que a empresa construtora recebeu para instalar suas frentes de trabalho.

De acordo com os procuradores, as obras terão que permanecer paralisadas até que os responsáveis pela construção atendam as exigências técnicas feitas pelo Ibama como condição para a concessão da licença.

O tribunal determinou uma multa diária de R\$ 500 mil caso a construtora ignore a ordem judicial e proíbe o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de liberar novos recursos para a obra até que a situação seja resolvida.

O mesmo tribunal já tinha ordenado no último mês de outubro a suspensão das obras igualmente por supostas irregularidades na licença ambiental, mas a presidência do organismo acatou um recurso apresentado pelo governo e permitiu a retomada da construção.

As obras iniciadas em março de 2011 também tinham sido suspensas em março de 2012, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou sua retomada meses depois.

Até o outubro o Ministério Público tinha apresentado 20 processos pedindo a paralisação das obras por considerar que os construtores incorreram em diversas irregularidades.

As obras também foram paralisadas por diferentes greves dos cerca de 27 mil operários que trabalham na construção.

Belo Monte, cujo custo total é de R\$ 25,8 bilhões, será a terceira maior represa do mundo e sua construção gera a oposição de ambientalistas, que consideram que os impactos sobre as comunidades tradicionais da região, como índios e ribeirinhos, serão irreversíveis.

A hidrelétrica terá uma capacidade de geração máxima de 11.233 megawatts; inundará 506 quilômetros quadrados de selva e obrigará o deslocamento de entre 16 mil e 25 mil pessoas.

EFE



---

**Crianças ribeirinhas recebem visita do papai noel**

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 18.12.2013

Crianças da comunidade ribeirinha do porto da Centrais de Abastecimento do Pará (Ceasa) recebem na manhã desta quinta-feira (19), a visita do papai noel, como uma programação também para as famílias. Presentes serão doados por funcionários da instituição. Ao final da programação, haverá distribuição de lanches.

Neste ano, o evento também será em conjunto com o Natal D'Água 2013, que este ano irá doar 10 mil cestas básicas e 60 mil brinquedos aos ribeirinhos das ilhas da Região Metropolitana de Belém e a comunidades dos municípios de Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São Miguel do Guamá e das ilhas Ajuai e Urubueua.

**SERVIÇO**

Natal das Crianças da Comunidade Ribeirinha do porto da Ceasa-PA. No dia 19 de dezembro, às 9h, no espaço do projeto "Cultivando Flores e Vidas" (Estrada do Murutucum, km 4, rua da Ceasa, s/n – Curió-Utinga).

(DOL)

**Padre Tedesco, parta feliz, sua missão foi cumprida**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.12.2013

Da Página do MST



O MST de Santa Catarina e de todo Brasil comunica a todos seus amigos e amigas, com o coração partido, a perda de um dos nossos melhores militantes.

O nosso querido Padre Tedesco, da diocese de Chapecó (SC), faleceu na manhã desta terça-feira (17) aos 79 anos.

Militante não só do MST e da causa da Reforma Agrária, mas da causa indígena, dos camponeses e de todo povo trabalhador brasileiro.

Padre Tedesco foi um exemplo de dedicação à causa dos camponeses e dos mais pobres.

Foi um grande formador e incansável no trabalho de base.

Atuou toda sua vida pastoral e de militância social na

Diocese de Chapecó, juntamente com Dom José Gomes, desde os tempos escuros da ditadura militar, das perseguições e difamações das elites capitalistas locais, dos ataques dos conservadores de todo tipo.

Nunca negligenciou nem negou sua coerência histórica de estar sempre ao lado dos trabalhadores.

Desde os primeiros dias esteve nos ajudando a formar a consciência da necessidade da organização dos sem-terras catarinenses, que depois deu origem ao MST.

Ajudou a formar centenas de militantes em todos os movimentos sociais da região, sindicatos, movimento das mulheres camponesas e agroecológico.

Foi um incansável batalhador de suas ideias e das causas do povo.

Sentiremos muitas saudades. Porém, que seu exemplo de vida sirva de alento às novas gerações de padres, agentes de pastorais e militantes sociais.

Grande Tedesco!

Interceda sempre por nós...

São Paulo/Chapecó, 17 de dezembro de 2013.